



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

PROJETO DE LEI Nº 005/2019

12 DE MARÇO DE 2019

EMENTA: Institui o Código de Posturas do Município de Umari-CE e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE UMARI-CE, Sra. Mirineide Pinheiro Moura, no uso de suas atribuições legais e constitucionais faz saber que a Câmara Municipal de Umari aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO I
Das Disposições Gerais

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica instituída a Projeto de Lei do Código de Posturas de Umari, compreendendo os objetivos, regulamentações e demais dispositivos desta Lei.

Art. 2º - As normas e exigências desta Lei deverão ser aplicadas em sintonia com as demais leis municipais, com as normas da ABNT, e com as legislações Estaduais e Federais.

TÍTULO II
Das Disposições Gerais Referentes à Postura

CAPÍTULO I
Das Condições Gerais

SEÇÃO I
Da Higiene Pública

Art. 3º – A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e a limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, (incluindo todos os estabelecimentos onde se fabricam ou vendem bebidas e produtos alimentícios), das piscinas públicas ou privadas, dos estábulos, das cocheiras e pocilgas de acordo com a Lei municipal nº 154 de 14 de outubro de 2010.

Art. 4º – Na inspeção quando for verificada irregularidade, apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

Art. 5º – Compete a Município zelar pela higiene pública.

SEÇÃO II Da Higiene das Vias Públicas

Art. 6º – O serviço de limpeza pública das ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente pela Município, ou por terceiros.

Art. 7º – Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteira à sua residência, como também, cooperar com a Município na conservação e limpeza da cidade.

PARÁGRAFO ÚNICO – É absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza, para os escoamentos dos logradouros públicos.

Art. 8º – É proibido comprometer, por qualquer forma, a qualidade das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 9º – É expressamente proibida a instalação, dentro do perímetro da cidade e dos povoados, de indústrias que, pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou qualquer motivo, possam prejudicar a saúde pública.

Art. 10 – Não é permitido:

I - Queimar, mesmo que seja nos próprios quintais, lixo ou quaisquer detritos ou objetos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;

II – Conduzir, sem as precauções devidas quaisquer materiais que possam comprometer o asseio dos passeios e logradouros públicos.

III – Conduzir através do Município, doentes portadores de moléstias infecto contagiosas, salvo com as necessárias precauções a higiene e para fins de tratamento.

Art. 11 – Não existindo no logradouro rede de esgoto, as águas utilizadas nos sanitários deverão ser canalizadas pelo próprio proprietário ou inquilino para a fossa existente no imóvel.

Art. 12 – A limpeza dos passeios e sarjetas fronteira dos prédios será de responsabilidade de seus ocupantes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A varredura do passeio e sarjeta deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na varredura de passeio é obrigatório a recolher os detritos resultantes da varredura ao depósito no interior do prédio.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

Art. 13 – Na carga ou descarga de veículos, deverão ser adotadas pelo interessado, todas as precauções para evitar que o asseio do Logradouro fique prejudicado.

Art. 14 – É proibido atirar detritos ou lixo de qualquer natureza nos jardins públicos

SEÇÃO III **Da Higiene das Habitações**

Art. 15 – É proibido conservar água estagnada nos quintais ou pátios das edificações situados na cidade, vilas e povoados.

PARÁGRAFO ÚNICO – As providências para o escoamento das águas estagnadas, em terrenos particulares, competem ao respectivo proprietário.

Art. 16 – O lixo das habitações será recolhido em recipientes apropriados, para serem removidos pelo serviço de limpeza pública.

Art. 17 – Não serão considerados como lixo os resíduos de fábricas, os restos de materiais de construção, os entulhos provenientes de demolições, as matérias excrementícias, bem como terra, folhas e galhos dos jardins e quintais particulares, os quais serão removidos à custa dos respectivos proprietários ou moradores.

Art. 18 – É proibido o despejo de resíduos, dejetos, lixos ou detritos de qualquer natureza de origem doméstica, comercial ou industrial, nos cursos d'água, riachos ou canais.

Art. 19 – Não é permitido que as canalizações de esgotos sanitários recebam direta ou indiretamente e sob quaisquer pretextos águas pluviais ou resultante de drenagem.

SEÇÃO IV **Da Higiene e nas Edificações na Área Rural**

Art. 20 – Nas Edificações em geral, de área rural deverão ser observadas as seguintes condições de higiene, além dos estabelecidos nas Edificações neste Município:

I- Ter cuidados especiais com a profilaxia sanitária de todas as dependências, promovendo-se inclusive e, sua dedetização periódica;

II - fazer com que não se verifiquem, junto às mesmas, empoçamentos de águas pluviais ou de origem servida;

III - ser assegurada a necessária proteção aos poços ou fontes utilizadas para abastecimento de água domiciliar.

Art. 21 – Os estábulos, estrebarias, pocilgas, chiqueiros e currais, bem como as estrumeiras e os depósitos de lixo, deverão ser localizados a uma distância de 100 m (cem metros) das habitações.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

Art. 22 – Os estábulos, estrebarias, pocilgas, currais, chiqueiros e galinheiros, quaisquer que sejam suas áreas de localização, deverão ser construídas de forma a proporcionar requisitos mínimos de higiene.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No manejo dos locais no presente artigo, deverão ser impedidos a estagnação de líquidos e o amontoamento de resíduos e dejetos, assegurando-se a necessária limpeza.

PARÁGRAFO SEGUNDO – o animal que for encontrado doente deverá ser imediatamente colocado em compartimento isolado até ser removido para local apropriado.

SEÇÃO V **Da Higiene dos Sanitários**

Art. 23 – Em todo e qualquer casa, os vasos sanitários deverão ser instalados de forma e poderem ser rigorosamente limpos e desinfetados.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os vasos sanitários, bidês e mictórios, deverão ser mantidos de permanente asseio e higiene.

SEÇÃO VI **Das Instalações e Limpeza de Fossas**

Art. 24 – Nas instalações individuais ou coletivas, fossas em geral só serão permitidas onde não existirem rede de esgotos sanitários.

Art. 25 – Na instalação de fossas sépticas deverão ser observadas as exigências do código deste Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As fossas sépticas só poderão ser instaladas em edifícios providos de instalações prediais de abastecimento de água.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A construção e instalação de fossas sépticas deverão ser observadas as prescrições normalizadas pela ABTN.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de fossas sépticas pré-fabricadas os compradores deverão exigir dos vendedores as instruções escritas sobre operações de manutenções das mesmas, que os fabricantes são obrigados a fornecer, devidamente aprovados pela autoridade sanitária competente.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas fossas sépticas deverão ser registrados, em lugar visível e devidamente protegido, a data de instalação, o volume útil e o período de limpeza.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

Art. 26 – Excepcionalmente, poderá ser permitido, a juízo do órgão competente do Município, a construção de fossa seca ou sumidouro nas habitações das zonas urbana e rural.

CAPÍTULO II SEÇÃO I

Da Higiene da Alimentação Pública

Art. 27 – A Município exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

§ 1º - Para efeito desta Lei, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas, destinadas a ser ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

§ 2º - A fiscalização sanitária fará cumprir as exigências do Código Sanitário do Município Lei municipal nº 154 de 14 de outubro de 2010 e da Lei 237 de 09 de outubro de 2015.

Art. 28 – Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelos funcionários encarregados da fiscalização e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

§ 1º - A inutilização dos gêneros não eximirá o estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração ou de sua reincidência, cumpridas as exigências do Código Sanitário do Município.

§ 2º - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo poderá determinar a cassação da licença para o funcionamento da casa comercial, a critério do órgão competente.

Art. 29 – Toda a água utilizada na manipulação ou no preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha de abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nas edificações que tenham quintais ou terrenos circundantes, recoberto ou não por vegetação, o escoamento das águas não infiltradas deverá ser assegurado por meio de declividade adequada em direção a sanitários convenientes.

Art. 30 – As pequenas fábricas de doces e massas, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres, deverão ter:

- I - O piso e as paredes das salas de elaboração dos produtos revestidos de material apropriado até a altura de 2,00 m. (dois metros);



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

- II - As salas de preparo dos produtos com janelas e aberturas devem ser teladas contra as moscas e insetos.

Art. 31 – Fica proibida a venda de carne de bovinos, suínos, ovinos ou caprinos, que não tenham sido fiscalizadas. (Código Sanitário do Município Lei municipal nº 154 de 14 de outubro de 2010 e da Lei 237 de 09 de outubro de 2015).

SEÇÃO II Dos Gêneros Alimentícios

Art. 32 – O maior asseio e limpeza deverão ser observados na fábrica, manipulação, preparo, conservação, acondicionamento, transporte e venda de gêneros alimentícios. (Código Sanitário do Município Lei municipal nº 154 de 14 de outubro de 2010 e da Lei 237 de 09 de outubro de 2015).

Art. 33 – Os gêneros alimentícios só poderão ser confeccionados com produtos permitidos e que satisfaçam as exigências deste Código e às Leis em vigor.

Art. 34 – Para serem expostos a venda, os gêneros os gêneros alimentícios que já tenham sofrido coação, assadura ou fervura ou que não dependam deste preparo, deverão ficar protegidos contra poeira e insetos, por meio de caixas, armário, dispositivos envidraçados ou invólucros adequados, sob a pena de multa, sem prejuízo de confisco dos gêneros que, a critério a autoridade municipal competente, foram considerados prejudiciais à saúde.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O leite, manteiga e queijo expostos a venda, deverão ser conservadas em recipiente apropriados, à prova de impurezas e insetos, satisfeitas ainda as demais condições de higiene.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os produtos que possam ser ingeridos sem cozimento, colocados à venda a retalhos, deverão ser expostos em pequenas vitrinas, para isolá-los de impureza e insetos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os salames, salsichas e produtos similares, deverão ser suspensos em ganchos de metal polido ou estanho ou colocados em recipiente apropriados, observados os preceitos de higiene.

Art. 35 – Em relação as frutas expostas a venda, deverão ser observadas as seguintes prescrições de higiene:

I - Serem colocados mesas ou estantes rigorosamente limpas e afastadas 01 (um) metro, no mínimo, das ombreiras das portas externas do estabelecimento;

II - não serem descascadas nem ficarem expostas em fatias;



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

III - não estejam deterioradas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Excepcionalmente, poderá ser permitido a venda de frutas verdes, desde que determinem a fins especiais.

Art. 36 – Em relação as verduras expostas a venda, deverão ser observados os seguintes preceitos de higiene:

- I - serem frescas;
- II - estarem lavadas;
- III - não estejam deterioradas;
- IV - serem despojadas de suas aderências inúteis, quando forem de fácil decomposição.

Art. 37 – É proibido utilizar bancas de frutas ou de produtos hortigranjeiros para depósito de outros fins.

Art. 38 – Quando vivas, as aves deverão ser expostas a venda dentro de gaiolas apropriadas, que possibilitem limpeza e lavagem diária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As gaiolas deverão ser colocadas em compartimentos adequados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As aves consideradas impróprias para consumo, não poderão ser expostas a venda.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos de infração aos dispostos no parágrafo anterior, as aves deverão ser apreendidas pela fiscalização municipal e encaminhadas aos depósitos da Município a fim de serem mortas, não cabendo a seus proprietários qualquer indenização por esse prejuízo.

Art. 39 – Quando mortas, as aves deverão ser expostas a venda completamente limpas, tanto de plumagem, como da vísceras e partes não comestíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As aves deverão ficar obrigatoriamente, em balcões frigoríficos ou câmara frigoríficas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As aves só poderão ser vendidas nas casas de carnes, porções correspondentes de supermercados, matadouros avícolas e casas de frios.

Art. 41 – É permitido a venda e ao consumo, produtos alimentícios artificiais, desde que não contenham substâncias nocivas à saúde e satisfaçam no seu preparo ou fabrico, as prescrições deste Código e as Leis em vigor.

Art. 42 – Não é permitido o emprego de jornais ou quaisquer impressos e de papéis usados para embrulhar gêneros alimentícios, incorrendo o infrator em pena e multa.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

SEÇÃO III

Dos transportes de Gêneros Alimentícios

Art. 43 – É proibido transportar ou deixar em caixas ou cestas ou em qualquer veículo de condução para venda, bem como, em depósito de gêneros alimentícios, objetos estranhos ao comércio destes gêneros.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os infratores das prescrições do presente artigo serão punidos com pena de multa e terão os produtos inutilizados.

Art. 44 – Não é permitido aos consumidores e veículos, nem aos seus ajudantes, repousarem sobre os gêneros alimentícios que transportarem, sobre a pena de multa.

PARÁGRAFO ÚNICO – No caso de reincidência de infração as prescrições do presente artigo, deverá ser apreendida a licença do veículo pela autoridade municipal que verifique a infração.

Art. 45 – Todas a carne e todo o pescado vendidos e entregues a domicilio, só poderão ser transportados em veículos ou recipientes higienicamente apropriados.

Art. 46 – Os veículos ou quaisquer outros meios de transportes de gêneros alimentícios, não poderão conter, nos locais onde estes sejam acondicionados, materiais ou substâncias nocivas à saúde e deverão ser mantidos em perfeito estado de asseio e de conservação.

Art. 47 – Para as casas de carnes, é proibido transportar couros, chifres e resíduos considerados prejudiciais ao asseio e higiene dos referidos estabelecimentos.

CAPÍTULO III SEÇÃO I

Dos Utensílio, Vasilhames e outros Materiais

Art. 48 – Os utensílios, aparelhos, vasilhames e outros materiais empregados no reparo, fabrico, manipulação, acondicionamento, conservação e venda de gêneros alimentícios, deverão ser de materiais inoculo e mantidos em perfeito estado de limpeza e conservação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É proibido o emprego de utensílios e materiais destinados a manipulação ou ao acondicionamento de gêneros alimentícios ou de materiais para o preparo destes, quando em sua composição ou método de fabricação entrar arsênico ou qualquer outro produto químico nocivo a saúde.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os recipientes de ferro galvanizado só poderão ser utilizados para guardar gêneros alimentícios não ácidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As tubulações, torneira e sifões empregados na transvasamento de bebidas ou gaseificados deverão ser de metais inofensivos a saúde.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

PARÁGRAFO QUARTO – Os recipientes e vasilhas de metal ou de barro esmaltado ou envernizado destinados à preparação, isentos de arsênio ou qualquer outro produto químico prejudicial saúde pública.

PARÁGRAFO QUINTO – Os papéis, cartolinas ou folhas metálicas destinados a revestir, enfeitar, envolver ou acondicionar produtos alimentícios, deverão ser inodoras, não possuindo substâncias nocivas à saúde.

PARÁGRAFO SEXTO – As prescrições dos parágrafos anteriores são extensivas às caixas de madeira e aos invólucros de cartolina ou papelão no acondicionamento de produtos alimentícios.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A autoridade municipal competente poderá interditar temporária ou definitivamente, o emprego ou uso de utensílios, aparelhos, vasilhames e instrumentos de trabalho, bem como de instalações que não satisfaçam as exigências referidas neste Código e nas Leis em vigor. (Código Sanitário do Município Lei municipal nº 154 de 14 de outubro de 2010 e da Lei 237 de 09 de outubro de 2015).

SEÇÃO II **Das Embalagens e Rotulagens**

Art. 49 - Todo o gênero alimentício exposto a venda em vasilhame ou invólucro de qualquer natureza, deverá ser adequadamente rotulado ou designado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A denominação ou designação de gênero alimentício deverá excluir toda a possibilidade de erro ou equívoco sobre sua origem, natureza, composição ou qualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os envoltórios, rótulos ou designações deverão mencionar, em caracteres visíveis e facilmente legíveis, o nome do fabricante, sede da fábrica, nome e natureza do produto, número de registro do mesmo na entidade pública competente, além de outras declarações exigidas legalmente em cada caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os produtos artificiais deverão ter obrigatoriamente, a declaração “artificial” impressa ou gravada nos invólucros ou rótulos, em caracteres visíveis e perfeitamente legíveis.

Art. 50 – Os que designarem ou rotulares produtos alimentícios em desacordo as prescrições legais, incidirão em pena de multa, além da interdição do produto, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis no caso.

SEÇÃO III **Dos Estabelecimentos Industriais e Comerciais de Gêneros Alimentícios**



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

Art. 51 – Nos estabelecimentos industriais, comerciais e municipais de gêneros alimentícios é obrigatório que sejam devidamente telados, a prova de insetos, as janelas, portas e demais aberturas das seguintes dependências:

- I - Compartimentos de manipulação, preparo ou fabricação de gênero alimentícios em geral;
- II - sala de elaboração dos produtos, nas fábricas de conservas de carnes, pescados e produtos derivados;
- III – sanitários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os depósitos de matérias-primas deverão adequadamente protegidos contra insetos e roedores.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As prescrições do presente artigo são extensivas às aberturas das câmaras de secagem de panificadoras, fábricas de doces e congêneres.

Art. 52 – Nos estabelecimentos onde se fabriquem, preparem, vendam ou depositem gêneros alimentícios, deverão existir depósitos metálicos especiais, dotados de tampas de fecho hermético, para a coleta de resíduos sob pena de multa.

Art. 53 – Nos estabelecimentos e locais onde se manipulem, beneficiem, preparem ou fabriquem gêneros alimentícios, é proibido sob pena de multa:

- I – Fumar;
- II – Varrer a seco;
- III – Permitir a entrada ou permanência de cães ou quaisquer animais domésticos.

Art. 54 – Os empregados e operários dos estabelecimentos de gêneros alimentícios serão obrigados, sob a pena de multa:

- I - Apresentar, anualmente, a respectiva carteira de saúde repartição sanitária para a necessária revisão;
- II - a usar vestuário adequado a natureza do serviço, durante o período de trabalho;

PARÁGRAFO ÚNICO – O proprietário, empregado ou operário que for punido repetidas vezes por falta ou por infração a quaisquer dos itens do presente artigo, não poderá continuar a lidar com gêneros alimentícios.

SEÇÃO IV Dos Supermercados



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

Art. 55 – Os supermercados deverão ser destinados especialmente a venda de gêneros e, subsidiariamente, a venda de objetos de uso doméstico, sob o sistema de autos serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O sistema de venda, nos supermercados deverá proporcionar ao comprador a identificação, escolha e coleta de mercadorias sem o auxílio de empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Todo comprador deverá ter ao seu dispor, a entrada do supermercado recipiente próprio do referido estabelecimento destinado a coleta de mercadorias.

Art. 56 – Nos supermercados é proibido o preparo e fabrico de produtos alimentícios de qualquer natureza, bem como a existência de matadouros avícolas e peixarias.

SEÇÃO V

Das casas de carnes e peixarias

Art. 57 – As casas de carnes e as peixarias, deverão atender os seguintes requisitos de higiene:

- I - permanecer em sempre estado de asseio absoluto;
- II - serem dotados de ralos, bem como da necessária declividade do piso, que possibilitem lavagens constantes;
- III - conservarem os ralos em condições de higiene, devendo ser diariamente desinfetados;
- IV - serem dotados de torneiras e de pisos apropriados e em quantidades suficientes;
- V - terem balcões frigoríficos com tampa de mármore, aço inox ou material equivalente, bem como revestidos na parte inferior, com material impermeável, liso, resistente, além de cor clara;
- VI - terem os correspondentes utensílios mantidos no mais rigoroso bom estado e asseio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As casas de carnes e peixarias tem que ter ralos soleiras das portas, de forma que as águas servidas não possam correr pelo passeio.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em casas de carnes e peixarias, não serão permitidos quaisquer outros ramos de negócios diversos dos das especialidades que lhe correspondem.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Todo proprietário de casas de carne e peixarias, é obrigado a manter o estabelecimento em completo estado de higiene e asseio.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

PARÁGRAFO QUARTO – Os proprietários de casas de carnes e de peixarias, bem como seus empregados são obrigados.

I – Usar aventais e gorros brancos diariamente, quando em serviço;

II – Cuidar para que nestes estabelecimentos não entrem pessoas portadoras de moléstias infecto contagiosa ou repugnantes.

Art. 58 – Nas casas de carnes é proibido:

I – Entrar carnes que não sejam provenientes do inspecionada ou do frigorífico, regularmente carimbada e inspecionada;

II - Guardar na sala de talho, objeto que não tenham função específica na manipulação das carnes.

SEÇÃO VI

Da Higiene nos Hotéis, Pensões, Pousadas, Restaurantes, Cafés e Estabelecimentos Congêneres

Art. 59 – Nos hotéis, pensões, pousadas, restaurante, cafés, bares e estabelecimentos congêneres deverão ser observadas as seguintes prescrições de higiene:

I – Estarem limpos e desinfetados;

II – Lavarem louças e talheres em água corrente, não sendo permitido, sob a qualquer hipótese ou pretexto a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhame;

III – guardar as louças e talheres em armários com portas, não podendo ficar exposto a poeira e insetos;

IV – Conservar as cozinhas, copas e despensas devidamente asseadas e em condições higiênicas satisfatória;

V – manter os banheiros e pias sempre limpos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os estabelecimentos a que se refere o presente artigo, são obrigados a manter seus empregados ou garçons limpos e convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

CAPÍTULO IV SEÇÃO I

Da Higiene nos Hospitais, Casas de Saúde e Maternidades



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

Art. 60 – Nos hospitais, casas de saúde e maternidades, são obrigatórias as seguintes prescrições de higiene:

- I - Existência de uma lavanderia com instalações completas de desinfecção;
- II - frequência dos serviços de lavagens dos corredores e salas assépticas, bem como do piso em geral;
- III - desinfecção dos quartos, colchões, travesseiros e cobertores após a saída dos doentes portadores de moléstias infectocontagiosas;
- IV - Instalações de necrotérios, obedecendo os dispositivos legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A cozinha, copa e despensas deverão ser conservadas devidamente limpas e asseadas em condições completas de higiene.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os banheiros e pias deverão ser mantidos sempre em estado de absoluta limpeza.

SEÇÃO II

Da Higiene e Extintores dos Estabelecimentos Educacionais

Art. 61 – Todo e qualquer estabelecimento educacional deverá ser mantido em completo estado de asseio e absoluta condução de higiene, em especial aos bebedouros, lavatórios e sanitários.

Art. 62 - fica obrigatório a instalação de extintores de incêndio nas escolas públicas e privadas de todo município. (Lei Nº 13.425, de 30 de Março de 2017.)

Art. 63 - Compete à Secretarias de Educação e aos proprietários de escola privada:

- I - Providenciar a devida instalação de extintores de incêndio nas escolas;
- II - Providenciar recarga apenas em firmas especializadas e credenciadas no Corpo de Bombeiros quando houver necessidade para esse fim;
- III - Providenciar a troca do equipamento fora do prazo de validade ou quando não estiver apto para utilização.

SEÇÃO III

Da Higiene das Piscinas e Tanques

Art. 64 – As piscinas e tanques ficam sujeitas a fiscalização permanente da Secretaria de Saúde e Secretaria de Infraestrutura.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

Art. 65 – Nas piscinas e tanques, deverão ser observados todos os preceitos de higiene, incluindo a obrigatoriedade de manter todas as suas partes e dependências em permanentes estados de limpeza.

CAPÍTULO V **Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública**

SEÇÃO I **Das Disposições Gerais**

Art. 66 – É expressamente proibida às casas de comércio ou aos ambulantes a venda a menores de idade, de bebidas alcoólicas, de gravuras, livros, revistas e jornais pornográficos ou obscenos. (Lei Nº 13.106, de 17 de Março de 2015)

Art. 67– Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Art. 68 – É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, conforme os dispositivos da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 69 – É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído, antes das 7 horas e depois das 22 horas, nas proximidades dos hospitais, escolas e casas de residência, em conformidade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 70 – Na primeira infração, além da multa cabível, o estabelecimento comercial ou banca de revistas será fechado durante 20 (vinte) dias.

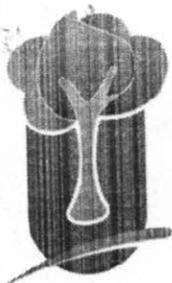
SEÇÃO II **Das Diversões Públicas**

Art. 71 – É proibido perturbar o sossego e o bem-estar público ou vizinhança com ruídos, algazarras, barulhos, sons de qualquer natureza, excessivas produzidas por qualquer natureza.

Art. 72 – Compete a Município licenciar e fiscalizar todo e qualquer tipo de instalação de aparelhos sonoros, instrumentos de alerta, advertência, propaganda ou sons de qualquer natureza, que pela intensidade de volume, possam contribuir perturbação ao sossego público ou da vizinhança.

Art. 73 – Os níveis de intensidade de som ou ruído, obedeceram às normas técnicas estabelecidas.

Art. 74 – Nenhuma diversão pública poderá ser realizada sem licença prévia da Município.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

PARÁGRAFO ÚNICO – O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será autorizado com a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à construção e à higiene do edifício, e procedida a vistoria policial.

Art. 75– Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições:

- I - Tanto as salas de entrada como as de espetáculo serão mantidas higienicamente limpas;
- II - As portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres, sem dificultar a retirada rápida do público, em caso de emergência;
- III - Haverá instalações sanitárias independentes, considerada a distinção por sexo;
- IV - Serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso.

Art. 76 – Nos estádios, ginásios, campos esportivos, ou quaisquer outros locais onde se realizem competições esportivas, como também festejos e divertimentos populares de qualquer natureza, a exemplo de festejos carnavalescos, deverão ser usados, somente copos e pratos descartáveis, ficando proibido também a venda de refrigerantes, cervejas, etc em vidros nas barracas de comidas típicas e nos balcões de refrigerantes por medida de higiene e segurança do bem-estar público.

Art. 77 – Os ingressos não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado nem em número excedente a lotação da casa ou local de divertimento público.

Art. 78 – Em toda casa ou local de divertimento público deverão ser reservados lugares destinados às autoridades policiais e municipais, encarregados da fiscalização.

PARÁGRAFO ÚNICO – É proibido aos expectadores, sem distinção de sexo, fumar em locais fechados de diversões públicas.

Art. 79 – A armação de circos ou parques de diversões somente será autorizada pelo órgão competente da Município Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados, em todas as suas instalações pelos agentes da municipalidade.

SEÇÃO III **Do Trânsito Público**



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

Art. 80 – O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar da população.

Art. 81 – À Município assiste o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública ou à população.

Art. 82 – É proibido embarçar o trânsito ou molestar os pedestres por:

- I - Estacionar veículo nas calçadas;
- II - Estabelecer comércio ambulante nas vias públicas;
- III - Conduzir, pelos passeios, veículos de qualquer espécie.

PARÁGRAFO ÚNICO – Excetuam-se ao disposto no Item II deste Artigo, os que praticam comércio ambulante com licença expedida pela Município.

Art. 83 – É proibido danificar, encobrir ou retirar placas de sinalização de trânsito existentes nas áreas urbanas de circulação pública.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Município criará em 180 (cento e oitenta) dias o Departamento Municipal de Trânsito do Município.

SEÇÃO IV

Das Medidas Referentes a Animais

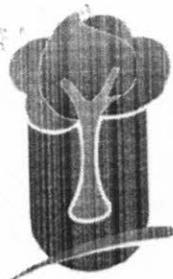
Art. 84 – É proibida a permanência de animais nas vias públicas. (Código Sanitário do Município Lei municipal nº 154 de 14 de outubro de 2010.)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A apreensão de qualquer animal será publicada no edital, sendo marcado o prazo máximo de 05 (cinco) dias para sua retirada.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O proprietário do animal apreendido só poderá retirá-lo do depósito da Município, após provar sua propriedade de forma indiscutível e pagar a multa devida, as despesas de transportes e manutenção e as do edital, cabendo-lhe ainda a responsabilidade por quaisquer danos causados pelo animal.

Art. 85 – O animal apreendido que não for retirado dentro do prazo previsto no parágrafo segundo do artigo 83, deverá ter um dos seguintes destinos, conforme o caso:



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

I - ser distribuído a casas de caridade, para consumo quando se tratar de aves, suínos ou ovinos;

II - ser vendido em leilão público, se for bovino, equino, muares ou cão de raça.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O animal raivoso ou portador de moléstia contagiosa repugnante que for apreendido deverá ser imediatamente eliminado pelo setor de zoonoses, juntamente com o veterinário do município.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É vedado a criação de abelhas, equinos, muares, suínos, bovinos e ovinos nas áreas urbanas, nos porões e no interior das habitações, e de expansão urbana deste município.

Art. 86 – É proibido manter em pátios particulares, nas áreas urbanas e de expansão urbana deste Município, bovinos, suínos, caprinos e ovinos. (Código Sanitário do Município Lei municipal nº 154 de 14 de outubro de 2010.)

PARÁGRAFO ÚNICO – aos proprietários de currais ou estábulos existentes nos perímetros urbanos do município fica marcado o prazo de 360 (trezentos e sessenta dias) a contar da data da publicação deste código para a remoção dos currais e estábulos.

Art. 87 – Na área rural deste Município, os proprietários de bovinos serão obrigados a ter cercas reforçadas e de adotar providências adequadas para que os mesmos não incomodem ou causem prejuízos a terceiros nem vaguem pelas estradas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os proprietários que infringirem as prescrições do presente artigo, ficam sujeitos às penalidades legais.

SEÇÃO V

Do Empachamento das Vias Públicas

Art. 88 – Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de largura, no máximo igual à metade do passeio, quando o passeio for no mínimo de 2,0 m. (dois metros).

Art. 89 – Além do alinhamento do tapume não será permitida a ocupação de qualquer parte do passeio com material de construção.

Art. 90 – Os materiais de construção descarregados fora da área limitada pelo tapume, deverão ser, obrigatoriamente removidos para o interior da obra dentro de duas horas, no máximo, contadas da descarga das mesmas, e não poderão ser dispostos em aterros sanitários. (Lei municipal nº 302 de 23 de maio de 2018.)



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

PARÁGRAFO ÚNICO – Dispensa-se o tapume quando se tratar de pintura, pequenos reparos, ou construção ou reparo de muros ou gradis com altura não superior a 2,00 m. (dois metros).

Art. 91 – Poderão ser armados palanques provisórios nos logradouros públicos para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que sejam observadas as condições seguintes:

- I - Serem aprovados pela Município, quanto à sua localização;
- II - Não perturbarem a ordem pública;
- III - Não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos verificados;
- IV - Serem removidos, no prazo máximo de quarenta e oito horas, a contar do encerramento dos festejos.

Art. 92 – É proibido, cortar, ou derrubar as árvores da arborização pública, sem consentimento expresso da Município.

Art. 93 – Não será permitido a utilização de árvores da arborização pública para colocar cartazes e anúncios ou fixar cabos e fios nem para o suporte ou apoio de objetos de qualquer natureza;

Art. 94 – As bancas para venda de jornais e revista poderão ser permitidas nos logradouros, desde que satisfaçam às seguintes condições:

- I - Terem sua localização aprovada pela Município;
- II - Apresentarem bom aspecto quanto à sua construção;
- III - Não perturbarem o trânsito público;
- IV - Serem de fácil remoção.

Art. 95 – É vedado danificar os jardins públicos, inclusive pisar na grama.

Art. 96 – A ocupação de passeios com mesas e cadeiras, por parte de estabelecimentos comerciais, não é permitida

Art. 97 – Fica proibido a formação de pastagens nas áreas urbanas e de expansão urbana deste Município.

SEÇÃO VI



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

Dos Inflamáveis e Explosivos

Art. 98 – No interesse público, a Município fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego dos inflamáveis e explosivos.

Art. 99 – É absolutamente proibido:

- I - Fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Município;
- II - Manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos, sem atender às exigências legais, quanto à construção e à segurança;
- III - Depositar ou consertar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

Art. 100 – Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designados na zona rural, e com licença da Município.

§ 1º - Os depósitos serão dotados de instalações para combate ao fogo e, de extintores de incêndio prováveis, em quantidade e disposição convenientes.

§ 2º - Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construídos de material incombustível, admitindo-se o emprego de outro material apenas nos caibros, ripas e esquadrias.

§ 3º - Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

Art. 101 – Nas festas juninas poderão ser instaladas barracas provisórias para a venda de fogos de artifícios.

Art. 102 – A instalação de postos de abastecimento de veículos, bombas de gasolina e de depósitos de outros inflamáveis, fica sujeita à licença especial da Município, obedecidas as exigências da Lei de Uso e Ocupação do Solo e Secretaria do Meio Ambiente.

SEÇÃO VII

Da Exploração de Recursos Minerais

Art. 103 – A exploração de pedreiras, olarias, e depósitos de areia e de saibro depende da licença da Secretaria do Meio Ambiente, que a concederá mediante a observância dos dispositivos das legislações vigentes.

Art. 104 – As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

§ 1º - Será interditada a pedreira, ou parte da pedreira, embora licenciada, desde que se verifique, posteriormente, que a sua exploração acarreta perigo ou dano à vida ou à propriedade.

§ 2º - Ao conceder as licenças, a Secretaria do Meio Ambiente, poderá fazer as restrições que julgar convenientes.

SEÇÃO VIII Dos Muros e Cercas - Calçadas

Art. 105 – Os proprietários de terrenos ou lotes são obrigados a murá-los ou cercá-los e calçá-los dentro do prazo máximo de 12 (doze) meses, caso não aconteça a Município poderá fazer a desapropriação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os muros deverão ser construídos no alinhamento do logradouro.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A construção de muros e calçadas deverão ser alvenaria, convenientemente revestida ou de outros materiais com as características, tendo sempre altura padrão de 2,00m (dois metros) de altura.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os muros e calçadas deverão ser devidamente conservados.

Art. 105 – Na área de expansão deste município, não é permitido o fechamento de lotes não edificadas por meio de cercas de madeira, arame liso ou telas, construída no alinhamento do logradouro.

Art. 106 – Sempre que o nível de qualquer terreno, edificado ou não, for superior do nível do logradouro em que os mesmos se situem o Município deverá exigir do proprietário a construção de muros de sustentação ou de revestimentos de terra.

Art. 107 – A Município deverá exigir ainda do proprietário do terreno edificado ou não, a construção de sarjetas ou drenos, para desvios de águas pluviais ou de infiltrações que causem prejuízos ou danos ao logradouro público ou dos proprietários vizinhos.

Art. 108 - O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 109 - As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

SEÇÃO IX Dos Meios de Publicidade

Art. 110 – A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como, nos lugares de acesso comum, depende de licença da Município, sujeitando o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva prevista no Código Tributário do Município.

Art. 111 – A propaganda falada em lugares públicos, por meio de ampliadores de voz, alto-falantes e propagandistas, está igualmente sujeita à prévia licença e ao pagamento da taxa respectiva.

Art. 112 – Os pedidos de licença para a publicação ou propaganda, por meio de cartazes ou anúncios, deverão mencionar:

- I - A indicação dos locais em que serão colocados ou distribuídos os cartazes e anúncios;
- II - A natureza do material de confecção;
- III - As dimensões;
- IV - As inscrições e o texto.

Art. 113 – Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar o sistema de iluminação a ser adotado.

§ 1º – Os anúncios luminosos serão colocados a uma altura mínima de 2,80 m. (dois metros e oitenta centímetros) do passeio.

§ 2º – A colocação de letreiros, anúncios ou publicidade de qualquer natureza só será permitida, quando do seu planejamento se verifique o respeito e a integração ao ambiente, não prejudicando o aspecto da fachada ou perspectiva local, nem depreciando o panorama.

§ 3º – Os anúncios encontrados, sem que os responsáveis tenham satisfeitos às formalidades desta Seção, poderão ser apreendidos pela Município, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento da multa prevista.

CAPÍTULO VI Do Funcionamento das Atividades Econômicas

SEÇÃO I Do Licenciamento dos Estabelecimentos das Atividades Econômicas



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

Art. 114 – Nenhum estabelecimento comercial, de prestação de serviços ou industrial poderá funcionar no município sem prévia licença da Município, concedida a requerimento dos interessados e mediante o pagamento dos tributos devidos. (Lei Municipal nº 097 de 13 de dezembro de 2003.)

PARÁGRAFO ÚNICO – A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, cafés, bares, restaurantes, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de fiscalização no local e da aprovação da vigilância sanitária. (Código Sanitário do Município Lei municipal nº 154 de 14 de outubro de 2010.)

Art. 115 – Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá à autoridade competente, sempre que está o exigir.

Art. 116 – Para mudança de local de estabelecimento comercial ou de serviços ou industrial, deverá ser solicitada a necessária permissão à Município, que verificará se o novo local satisfaz às condições exigidas.

Art. 117 – A licença de localização poderá ser cassada:

- I - Quando se tratar de negócio diferente do requerido;
- II - Como medida preventiva, a bem da higiene, da moral, do sossego e da segurança pública;
- III - Se o licenciado se negar a exibir o alvará de localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo;
- IV - Por solicitação da autoridade competente, provados os motivos que fundamentaram a solicitação.

§ 1º - Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º - Poderá ser igualmente fechado todo aquele estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença, expedida em conformidade com o que preceitua esta Seção e o Código Tributário.

Art. 118 – A eventual isenção de tributos municipais não implica na dispensa da licença de localização.

PARÁGRAFO ÚNICO – Anualmente, a licença de localização e funcionamento deverá ser renovada e fornecida pelo órgão competente da Município ao interessado independente de novo requerimento.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

SEÇÃO II Do Horário de Funcionamento

Art. 119 – A abertura e o fechamento dos estabelecimentos econômicos do Município, obedecerão ao horário estabelecido em regulamento pelo chefe do executivo.

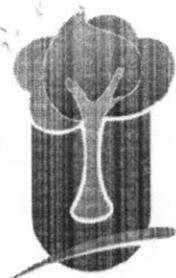
Art. 120 – Em qualquer dia será permitido o funcionamento, sem restrição de horário, dos estabelecimentos que dediquem às seguintes atividades:

- I - Imprensa de jornais;
- II - Distribuição de leite;
- III - Produção e distribuição de energia elétrica;
- IV - Distribuição de gás;
- V - Serviço de transporte coletivo;
- VI - Agência de passagens;
- VII - Despacho de empresa de transportes de produtos perecíveis;
- VIII - Purificação e distribuição de água;
- IX - Hospitais, casas de saúde e postos de serviços médicos;
- X - Hotéis e pensões;
- XI - Agências funerárias;
- XII - Farmácias e drogarias;
- XIII - Indústrias cujo processo seja contínuo e ininterrupto.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Prefeito fixará o plantão de farmácias, nos dias úteis, sábados, domingos e feriados segundo a Lei municipal nº 263 de 20 de setembro de 2016.

CAPÍTULO VII Da Aferição de Pesos e Medidas

Art. 121 – As transações comerciais em que intervenham medidas, ou que façam referências a resultados de medidas de qualquer natureza, deverão obedecer ao que dispõe a Legislação Metrológica Federal.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

Art. 122 – A aferição de aparelhos ou instrumentos de pesar e medir deverá acontecer antes de ser iniciada a sua utilização.

Art. 123 – Qualquer instrumento ou aparelho de pesar e medir encontrado adulterado, esteja ou não aferido, será imediatamente apreendido.

Art. 124 – Toda pessoa física ou jurídica que usar, nas transações comerciais pesos, balanças, medidas e outros instrumentos ou aparelhos de pesar e medir, fica sujeito à multa nos seguintes casos:

- Quando não se submeter previamente a aferição;
- Quando forem diversos das unidades e padrões de medir estabelecidas pelo Sistema Nacional Metro lógico;
- Quando não os apresentar, anualmente ou ao serem exigidas para a verificação e aferição;
- Quando se acharem adulterados, estejam ou não aferidos.

PARÁGRAFO ÚNICO – As pessoas ou estabelecimentos que façam compras ou vendas de mercadorias, são obrigados a submeter, periodicamente, a exame, verificação e aferição dos aparelhos e instrumentos de medir, por eles utilizados.

CAPÍTULO VIII Dos Cemitérios

Art. 125 – Os cemitérios e necrotérios do Município terão caráter secular e, de acordo o art. 141, § 10, da Constituição Federal, serão administrados e fiscalizados pelo Município.

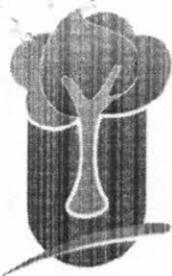
§ 1º - Nenhum sepultamento será permitido sem a apresentação de certidão de óbito.

§ 2º - O prazo mínimo a vigorar entre duas inumações é de 02 (dois) anos.

§ 3º - Os demais procedimentos e requisitos relativos a cemitérios e necrotérios, constarão de regulamentação específica do órgão competente da administração municipal.

CAPÍTULO IX Dos Transportes Coletivos

Art. 126 - O transporte coletivo do Município só poderá ser feito por veículos previamente licenciados pela repartição de trânsito competente, e nas condições previstas no Código Nacional de Trânsito e no Regulamento de Veículos do Estado do Ceará.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

- I - As concessões dos transportes coletivos obedecerão aos dispositivos estabelecidos no Regulamento do Poder Executivo do Município;
- II - Para fins desta Lei, a Município poderá:
- As tarifas dos táxis ou automóveis de aluguel seguirá o dispositivo da Lei Municipal nº 260 de 15 de julho de 2016;
 - Limitar a quantidade desses veículos;
 - Estabelecer locais para estacionamento dos veículos e recolhimento de passageiros;
 - Regular outras condições.

CAPÍTULO X

Do Abate de Animais e Inspeção Sanitária

Art. 127 – É indispensável o exame sanitário dos animais destinados ao abate, sem o que este não será efetuado.

§ 1º - O exame será realizado no gado em pé, no curral anexo ao matadouro, por profissional habilitado, e na falta deste pelo administrador do estabelecimento.

§ 2º - A simples suspeita de enfermidade determinará a rejeição dos animais.

§ 3º - O profissional habilitado deve ainda examinar os demais animais para prevenir possíveis contaminações.

§ 4º - As rezes rejeitadas serão retiradas dos currais pelos seus proprietários, sendo a rejeição anotada no registro próprio.

§ 5º - Nenhum gado destinado ao consumo humano, poderá ser abatido fora do matadouro.

Art. 128 – O serviço de transporte de carnes do matadouro para os açougues será feito em veículos apropriados, fechados e com disposição para ventilação, observando-se, na sua construção interna, todas as prescrições de higiene, em conformidade com a Vigilância Sanitária.

CAPÍTULO XI

Das Feiras Livres



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

Art. 129 – A feira livre se destina ao comércio de gêneros alimentícios, aves, frutas e legumes, utensílios culinários, confecção e outros artigos de pequena produção, para abastecimento doméstico e facilidade de venda direta do pequeno produtor ou criador aos consumidores.

§ 1º - A feira livre funcionará em local, dia e hora determinados pela Município.

§ 2º - A feira livre será supervisionada e fiscalizada pela Município.

§ 3º - As normas de funcionamento das feiras livres serão regulamentadas pelo chefe do Executivo.

CAPÍTULO XII **Da Numeração de Prédios**

SEÇÃO ÚNICA **Da Numeração dos Prédios**

Art. 130 – Todos os prédios existentes e que vierem a ser construídos ou reconstruídos no Município, serão obrigatoriamente numerados de acordo com o que dispõe esta Lei:

§ 1º - A numeração na forma deste Artigo é de competência do Município.

§ 2º - A placa de numeração deverá ser colocada em lugar visível, no muro situado no alinhamento, na fachada ou em qualquer trecho da faixa entre a fachada e o muro.

Art. 131 – A numeração de prédios far-se-á atendendo-se às seguintes normas:

- I - O número de cada prédio corresponderá à distância em metros medida sobre o eixo do logradouro público, desde o início deste até o meio da soleira do portão ou porta principal o prédio;
- II - Fica entendido por eixo do logradouro a linha equidistante em todos os seus pontos do alinhamento deste;
- III - Para efeito de estabelecimento do ponto inicial a que se refere o Item I, obedecer-se-á ao seguinte sistema de orientação: as vias públicas cujo eixo se colocar, sensivelmente nas direções norte-sul ou leste-oeste, serão orientadas, respectivamente de norte para sul e de leste para oeste; as vias públicas que se colocarem em direção diferente das acima mencionadas serão orientadas do quadrante nordeste para sudeste e sudeste para noroeste;



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

- IV - A numeração será par à direita e ímpar à esquerda do eixo da via pública;
- V - Quando a distância em metros, de que trata este Artigo, não for número inteiro, adotar-se-á o inteiro imediatamente mais próximo, não devendo ser esta aproximação superior a uma unidade.

Art. 132 – Os proprietários de prédios numerados pelo sistema adotado ficarão sujeitos ao pagamento da taxa na forma da legislação tributária vigente, correspondente ao preço da placa e sua locação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de revisão de numeração é permitida a manutenção de outra placa, com a numeração primitiva, acrescida dos dizeres “numeração antiga”.

CAPÍTULO XIII **Dos Passeios e Lotes ou Terrenos não Construídos**

SEÇÃO I **Dos Passeios**

Art. 133 – É obrigatória a construção de passeio em toda a testada dos lotes ou terrenos localizados em logradouros públicos providos de meios fios.

§ 1º - A Município, mediante o requerimento do proprietário e pagamento antecipado do custo orçado das obras, poderá encarregar-se da construção do passeio.

§ 2º - O fornecimento e assentamento de meios fios quando não executados pelo proprietário, serão feitos pelo Município, ficando as respectivas despesas a cargo dos proprietários.

§ 3º - Os meios fios serão de pedra resistente ou de concreto.

§ 4º - A conservação do passeio, tanto na parte pavimentada, como do gramado, na testada de cada imóvel, cabe ao responsável ou proprietário.

SEÇÃO II **Dos Lotes não Construídos**

Art. 134 – Os lotes ou terrenos edificados ou não, serão obrigatoriamente mantidos limpos, capinados e drenados.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

- I - Os terrenos ou lotes não construídos no setor urbano, com testada para logradouro público, dotados de meio-fio, loteados ou não, serão obrigatoriamente fechados no alinhamento;
- II - Excetuam-se quanto à obrigatoriedade os terrenos não edificados do setor rural.

SEÇÃO III

Dos Cursos D'água e Escoamento das Águas

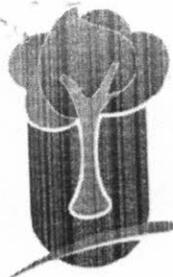
Art. 135 – Aos proprietários dos terrenos construídos ou não, competem manter permanentemente limpos e desobstruídos, em toda a extensão compreendida pelas respectivas divisas, os cursos d'água ou valas que existirem nos seus lotes ou com eles se limitarem, de forma que nesses trechos a seção de vazão desses cursos d'água ou valas se encontre completamente desembaraçada.

- I - Nos terrenos em que passarem riachos, córregos, vales etc, as construções deverão ficar, em relação às respectivas bordas, à distância determinada pela legislação vigente.
- II - Os proprietários de terrenos ou lotes ficam obrigados à fixação estabilização ou sustentação das respectivas terras por meio de obras e medidas de precaução contra erosão do solo, desmoronamentos e contra carregamento das terras, materiais, detritos, destroços e lixo para as valas, sarjetas ou canalização pública ou particular.
- III - Todo estabelecimento rural do município deve estar em conformidade com a Lei nº 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, e regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014, o Cadastro Ambiental Rural – CAR, que é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente - APP, de uso restrito, de Reserva Legal, de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

CAPITULO XIV

SEÇÃO I

Da Extinção de Insetos Nocivos



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

Art. 136 - todo proprietário de terreno, cultivado ou não dentro dos limites urbanos do Município, é obrigado a extinguir os formigueiros dentro da sua propriedade.

Art. 137 - Para que a Administração Municipal, através da Vigilância Epidemiológica, possa exercer o controle sobre o "Aedes Aegypti", causador da Febre Amarela, Dengue, Chikungunya e Zika Vírus, caberá à população:

I - Receber os agentes de saúde e agentes de Endemias em sua residência, permitindo a inspeção e tratamentos necessários;

II - Eliminar dos quintais e terrenos baldios todo recipiente que possa acumular água;

III - Acondicionar adequadamente ou seguir orientação técnica dos Agentes de saúde/Agente de Combate às Endemias para os objetos que não podem ser eliminados, tais como: caixas d' água, vasos de planta, plantas aquáticas, pneus, garrafas de vidro ou plásticas, latas, piscinas, bromélias, materiais de construção e outros similares que propiciam a proliferação da criação de larvas do "Aedes Aegypti".

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica a cargo dos Agentes da Saúde e dos Agente de Combate as Endemias e demais profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde orientar a população para eliminação das epidemias mencionadas no caput.

Art. 138 - As demais epidemias e doenças transmitidas por vetores como chagas, leishmaniose e outras serão igualmente controladas pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Serviço de Vigilância Epidemiológica, Controle de Zoonoses e Vigilância Sanitária, devendo a população colaborar com ações específicas do mencionado controle para cada uma das doenças. (Código Sanitário do Município Lei municipal nº 154 de 14 de outubro de 2010.)

Art. 139 - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa correspondente.

SEÇÃO II

DA POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Art. 140 - Para os efeitos desta lei, consideram - se poluição do meio ambiente a presença, o lançamento ou a liberação no ar, nas águas e no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia com intensidade, em quantidade de concentração ou com características capazes de tornarem ou virem a tornar as águas, o ar e o solo:

I - Impróprios, Nocivos ou ofensivos à saúde;

II - Inconvenientes ao bem-estar público;

III - Danosos aos materiais, a fauna e a flora;

IV - Prejudiciais à segurança, ou uso e gozo da propriedade e as atividades normais da comunidade.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

Art. – 141 - Fica proibido no município, o lançamento ou liberação de poluentes, nas águas, no ar, no solo.

PARÁGRAFO ÚNICO– Considerando –se poluentes todos e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, prejudiquem o meio ambiente, na forma do artigo anterior.

Art. 142 - É dever da Município articular – se com os órgãos competentes do estado e da união para fiscalizar ou proibir no município as atividades que, direta ou indiretamente;

I – Criem ou possam copiar condições nocivas ofensivas à saúde, a segurança e ao bem-estar público;

II – Prejudiquem a fauna e a flora;

III – Disseminem resíduos como óleo;

IV – Prejudiquem a utilização, dos recursos naturais para fins domésticos, agropecuários, de piscicultura recreativa e para outros objetivos reclamados pela comunidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Inclui – se no conceito de meio ambiente a água superficial ou subsolo, o solo de propriedade pública privada ou de uso comum, atmosfera, a vegetação;

PARÁGRAFO SEGUNDO- O município poderá celebrar convênio com órgãos públicos, federais e estaduais, para execução de projetos ou atividades, que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para sua proteção;

PARÁGRAFO TERCEIRO- As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção para fins de controle de poluição ambiental terão livre acesso, a qualquer dia e hora as instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outros particulares ou públicas, capazes de causar danos ao meio ambiente.

Art. 143 - Na constatação de fatos que caracterizem falta de proteção ao meio ambiente, serão aplicadas além das multas previstas nesta lei, a interdição das atividades observada a legislação federal a respeito.

Art. 144 – O Município colaborará com o estado e a união para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Art. 145- Para evitar a propagação de incêndios observa – se nas queimadas as medidas preventivas necessárias como:

I – Preparar aceiros de no mínimo 7m de largura;

II – Mandar aviso aos confinantes com antecedência mínima de 12 hs, marcando o dia, hora e lugar, para lançamento do fogo.

Art. 146 - A ninguém será permitido atizar fogos em matas, capoeiras, lavouras ou campos circunvizinhos.

Art. 147 - As derrubadas de matas dependem da licença da Secretaria do Meio Ambiente;



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Secretaria do Meio Ambiente só concederá a licença quando o terreno se destinar à construção ou plantio pelo proprietário;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A licença será negativa se a mata for considerada de utilidade pública, e necessário à conservação do meio ambiente.

Art. 148º - Fica expressamente proibido as derrubadas das Matas ciliares nas margens dos córregos, lagos, represas, riachos e nascente que fazem parte do percurso das águas ao açude Jenipapeiro II, seguindo a classificação proposta pelo Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei 12651/2012.

Art. 149º - Fica expressamente obrigado a recuperação das áreas degradadas nas margens dos córregos, lagos, represas, riachos e nascente que fazem parte do percurso das águas ao açude Jenipapeiro II, com espécies a serem utilizadas e bem adaptáveis a solos pobres, com frutos comestíveis para animais, melíferas, de crescimento rápido, com raízes profundas e facilidade de germinação das sementes

Art. 150 - Fica proibida a formação de pastagem na zona urbana do município.

Art. 151 - O município deverá atuar no sentido de assegurar todos os cidadãos o direito ao meio ambiente, ecologicamente saudável e equilibrado bem de uso comum do povo essencial à qualidade de vida.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para assegurar efetivamente a esse o município deverá articular – se com os órgãos estaduais, regionais e federais, competente e ainda quando for o caso com outros municípios objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental.

Art. 152 – A Secretaria do Meio Ambiente Municipal; deverá atuar mediante planejamento controle e fiscalização das atividades públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas no meio ambiente.

Art. 153 – A Secretaria do Meio Ambiente Municipal ao promover a ordenação de seu território definirá zoneamento e diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção dos recursos naturais em consonância com o disposto na legislação estadual pertinente.

Art. 154 - A política urbana do município e o seu plano diretor deverão contribuir para a proteção do meio ambiente através da adoção de diretrizes adequadas de uso e ocupação do solo urbano.

Art. 155 - Nas licenças de parcelamentos, loteamentos e localização o município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental emanada da união do estado.

Art. 156 - As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sobre pena de não ser renovada a concessão ou permissão pelo o município.

Art. 157 - O município assegura a participação das entidades representativas da comunidade no planejamento e na fiscalização de proteção ambiental, garantindo o amplo acesso dos interessados as informações sobre as fontes de poluição e degradação ambiental ao seu dispor.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

Art. 158 - Na infração de qualquer disposição deste Capítulo da poluição do meio ambiente e proteção ambiental, será imposta a multa.

CAPÍTULO XVI Das Penalidades

Art. 159 – Serão punidos os responsáveis pela infração aos dispositivos desta Lei e na forma regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 1º - As penalidades serão incorporadas ao histórico do profissional infrator.

§ 2º - As penalidades são recorríveis dentro de 10(dez) dias de prazo de sua aplicação.

§ 3º - O profissional suspenso não poderá apresentar projetos para aprovação, iniciar obras, instalações ou explorações de qualquer natureza, nem prosseguir nas que estiver executando, enquanto não terminar o prazo da suspensão.

§ 4º - Quando no decorrer da execução de obras, instalações ou explorações de qualquer natureza, será facultado ao proprietário da obra embargada por força da penalidade aplicada, solicitar a substituição do profissional punido. O prosseguimento da obra, instalação ou exploração não se realizará entretanto, sem que faça previamente desaparecer, se for o caso, a irregularidade que houver dado causa à suspensão ou exclusão do profissional.

Art. 160 – As penalidades serão aplicáveis aos responsáveis pelos projetos, obras, instalações ou explorações de qualquer natureza, sob a forma de advertências, multas, suspensões, exclusões do registro de profissionais, embargo, interdição, demolição e desmonte, de acordo com o decreto do Poder Executivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – A aplicação de penalidade por parte da Município não exime o profissional das demais penalidades que lhe forem aplicáveis pelo mesmo motivo e decorrentes de Leis Estaduais e Federais.

Art. 161 – Verificada a infração de qualquer dos dispositivos desta Lei será o responsável notificado, ficando o mesmo obrigado a apresentar justificativa no prazo máximo de 72 horas.

PARÁGRAFO ÚNICO – A notificação poderá ser feita, não só no curso, como depois de consumada a infração, com a terminação da obra, do ato ou do fato que constituem a mesma infração.

Art. 162 – Da notificação deverão constar as seguintes indicações:

I - Nome do responsável pela infração;



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

- II - Residência ou escritório do responsável;
- III - Local em que a infração se tiver verificado;
- IV - Descrição sucinta da infração, com a indicação da disposição legal infringida.

§ 1º - A notificação será lavrada em duas (2) duas vias. A primeira via será entregue ou remetida ao infrator e a segunda ficará com o órgão competente da Município.

§ 2º - Findo o prazo concedido para a apresentação da justificativa, não tendo sido a mesma apresentada ou se apresentada não for julgada procedente, será lavrado o termo de multa.

Art. 163 – Do termo de multa deverão constar as seguintes indicações:

- I - Nome do proprietário;
- II - Nome do responsável;
- III - Escritório ou sede;
- IV - Descrição sucinta da infração, com a indicação da disposição legal infringida;
- V - Local em que a infração se tenha verificado.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Termo de multa será lavrado em duas vias. A primeira via será entregue ou remetida ao infrator; a segunda via ficará com o órgão competente da Município.

Art. 164 – Independentemente das penalidades estabelecidas pelo Código Civil e de penalidades previstas pela Legislação Federal, através do CREA, e das multas e outras penalidades que incorrerem nos termos desta Lei, e da Legislação Municipal, Código Tributário, os profissionais registrados ficam sujeitos às seguintes penalidades: advertência, suspensão e exclusão do registro de profissionais.

- I - A penalidade de advertência será aplicada ao profissional responsável:
 - a) Quando for multado mais de uma vez, no decorrer de uma mesma obra, instalação ou exploração;
 - b) Quando, num mesmo ano, for multado três (3) ou mais vezes por infração em obras várias;



Estado do Ceará
Governos Municipais

UMARI

No caminho certo

- c) Quando modificar os projetos aprovados, introduzindo lhes alterações, sem obedecer às disposições que regulam o licenciamento;
- d) Quando iniciar ou executar obras sem a necessária licença, ainda que tecnicamente de acordo com o previsto nesta Lei.

II - A penalidade de suspensão será aplicada ao profissional responsável:

- a) Quando modificar os projetos aprovados introduzindo-lhes alterações em desacordo com o previsto nesta Lei;
- b) Quando iniciar ou executar obras sem a necessária licença e em desacordo com o previsto nesta Lei;
- c) Quando sofrer, num mesmo ano, três(3) advertências;
- d) Quando, em face de sindicância procedida, pelo órgão competente da Município, for constatado que se responsabilizou pela execução de obras entregando as mesmas a terceiros sem habilitação para sua execução;
- e) Quando, em face de sindicância procedida pelo órgão competente da Município, for constatado que o responsável pela execução de uma obra ou autor de projeto, executou a obra em desacordo com o projeto ou falseou medidas a fim de burlar as disposições desta Lei;
- f) Quando praticar atos desabonadores, devidamente constatados em sindicância procedida pela Município, for condenado pela Justiça por atos praticados contra interesses da Município e decorrentes de sua atividade profissional.

§ 1º - As suspensões variam de um(1) a 12(doze) meses, a juízo da autoridade competente para a sua aplicação.

§ 2º - Para as penalidades previstas nos Itens "e" e "f", deste Artigo, o prazo de suspensão não poderá ser inferior a 06(seis) meses.

§ 3º - Na reincidência, na mesma obra, instalação ou exploração, as penalidades serão aplicadas em dobro.

III - A penalidade de exclusão será aplicada ao profissional, que cometer erro técnico ou imperícia devidamente comprovada por sindicância procedida pelo órgão competente e na forma prevista por esta Lei.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

PARÁGRAFO ÚNICO – O profissional e a entidade suspensos não poderão apresentar projetos para aprovação, iniciar obras ou instalações de qualquer natureza, nem prosseguir nas que estiverem executando, enquanto não terminar o prazo da suspensão.

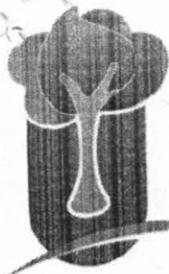
IV - O embargo ou interdição é aplicável:

- a) Em todos os casos de execução de obras qualquer que seja o fim, a espécie ou local, onde houver perigo para a saúde, perturbação do sossego ou para a segurança do público ou do próprio pessoal empregado nos diversos serviços; ou ainda, para segurança, estabilidade ou resistência das obras em execução, dos edifícios, dos terrenos ou das instalações;
- b) Sempre que, sem licença ou documento de licença regularmente expedido, ou sem autorização provisória concedida de acordo com as disposições desta Lei, estiver sendo feita qualquer obra ou funcionamento de qualquer exploração ou instalação que depender de licença;
- c) Sempre que, em obras licenciadas de qualquer natureza, não estiver sendo obedecido o projeto aprovado e não estiver sendo respeitado o alinhamento ou o nivelamento, não estiver sendo cumprida qualquer das prescrições do documento de licença e ainda, quando a construção ou instalação estiver sendo feita de maneira irregular ou com emprego de materiais inadequados ou sem condições de resistência convenientes e de que possa, a juízo do órgão competente, resultar prejuízo para a segurança da construção ou instalação;
- d) Em todos os casos em que se verificar a falta de obediência a Lei de Uso e Ocupação do Solo, a limites, restrições, a parâmetros urbanísticos, ou a condições determinadas por esta Lei ou estabelecidas nas licenças, nos atestados ou nos certificados para exploração de substâncias minerais ou funcionamento de instalações mecânicas de aparelhos de divertimento.

Art. 165 – O levantamento do embargo só será concedido mediante requerimento do interessado se a obra, a exploração, a instalação ou o funcionamento forem legalizáveis e depois de ser provado o pagamento dos emolumentos e taxas de legalização, que tiverem sido aplicadas.

Art. 166 – Quando se tornar necessário, além do embargo, a demolição ou o desmonte total ou parcial de uma obra, de uma instalação ou de aparelho ou a execução de providências relativas à segurança, o órgão competente solicitará expedição da intimação que tiver de ser feita para esse fim.

Art. 167 – As notificações serão lavradas pelos fiscais da Município que estiverem autorizados pela legislação em vigor a lavrar autos de flagrantes.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI
No caminho certo

§ 1º - A notificação independe de testemunhas e será lavrada de próprio punho e assinada pelo fiscal que tiver verificado a existência da infração.

§ 2º - A notificação não poderá ser lavrada simplesmente em consequência de uma requisição ou denúncia, devendo a lavratura ser precedida de fiscalização pelo órgão competente.

§ 3º - O fiscal que lavar a notificação assume inteira responsabilidade pelo mesmo auto, sendo passível de penalidade administrativa, no caso de erro ou de excesso.

Art. 168 – Os recursos das penalidades previstas nesta Lei deverão dar entrada no órgão competente da Secretaria Municipal que aplicou a penalidade.

§ 1º - A penalidade de exclusão só poderá ser cancelada, se obedecidas a seguintes condições:

- a) Quando por despacho do Prefeito no recurso do pedido de exclusão, for nomeado uma comissão técnica para apurar as razões alegadas;
- b) Quando a comissão a que alude o Inciso I, em parecer, devidamente fundamentado, opinar pelo deferimento do recurso;
- c) Quando o parecer da comissão a que alude o Inciso II, for referendado pelo órgão que aplicou a penalidade.

§ 2º - O deferimento do recurso do despacho de penalidade de exclusão é da alçada do Prefeito, obedecidas as condições do § 1º deste Artigo.

§ 3º - Os requerimentos de recurso das demais penalidades desta Lei serão apreciadas e julgadas pela autoridade imediatamente superior à que tiver aplicado a penalidade cuja decisão será irrecorrível administrativamente.

Art. 169 – Os termos das multas serão lavrados por técnicos dos órgãos competentes a Município.

Art. 170 – As multas não pagas nos prazos legais serão inscritas na dívida ativa.

Art. 171 – Nas reincidências, as multas serão aplicadas em dobro.

Art. 172 – Quando em débito de multa, nenhum infrator poderá receber quaisquer garantias ou créditos que tiver com a Município, celebrar contratos ou termo de qualquer natureza, nem transacionar, a qualquer título, com a administração municipal.

Art. 173 – Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência a que tiver determinado.



Estado do Ceará
Governo Municipal

UMARI

No caminho certo

TÍTULO III Disposições Finais e Transitórias

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 174- A implementação dessa Lei, requer a integração dos órgãos públicos, para o cumprimento e fiscalização das leis básicas municipais do código de vigilância sanitário, Código Tributário, Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei 12651/2012, e deste Código de Posturas.

Art. 175 – A Município promoverá o treinamento dos seus servidores encarregados de obras e de fiscalização, para garantir a melhoria da qualidade ambiental e construtiva do município.

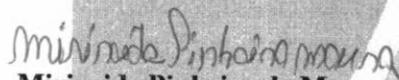
Art. 176 – O Poder Executivo estabelecerá por decreto, as penalidades cabíveis pelas infrações dessa Lei, no que se refere a multas, juros e suas atualizações financeiras.

Art. 177 – As Secretarias de Administração, Infraestrutura, Meio Ambiente e Saúde farão expedir todas as instruções necessárias, à execução dessa Lei.

Art. 178 - Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 179 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Umari, 12 de março de 2019.


Mirineide Pinheiro de Moura
Prefeita Municipal